

MUNICÍPIO QUE EDUCA

História, conceitos e fundamentos

Moacir Gadotti
Instituto Paulo Freire

Ao assumir a gestão de um município, muitos **gestores públicos** se perguntam como pôr em prática seus sonhos, por vezes muito maiores do que a realidade permite, e como responder às expectativas dos munícipes. Entre essas perguntas quero destacar uma que, creio, o Programa *Município que Educa*, pode apontar uma resposta: *Como potencializar o caráter educativo das iniciativas locais e como tornar intencional esse caráter em todas as iniciativas municipais?*

A resposta que esse Programa oferece está ligada, de um lado, ao fortalecimento das comunidades de aprendizagem, integrando-as em rede e, de outro lado, à visão sistêmica das políticas públicas, o que exige intersectorialidade e intencionalidade educativa. Trata-se de integrar ações, utilizando o que o município tem disponível, otimizando ao máximo e requalificando os equipamentos existentes, utilizando-se do princípio educativo como princípio orientador das políticas públicas, pois se trata de um princípio essencialmente intersectorial, interorganizacional e interativo.

1. **História.** O Programa *Município que Educa* tem uma história que corresponde ao esforço na busca de um poder local mais participativo, mais eficaz e de um desenvolvimento local mais sustentável e inclusivo. Nessa história está presente a teoria e a prática de Paulo Freire como administrador público (PMSF, 1989-1991) e sua concepção da “escola cidadã” e da “cidade educadora”.

Nessa história, destaca-se a iniciativa do Instituto Paulo Freire, coordenada por Paulo Roberto Padilha, que pesquisou, analisou experiências e realizou numerosos debates para formular os princípios desse programa que é também *rede* e *movimento*, inspirando-se no conceito de “Cidade Educadora-Educanda” (Freire) e de “Município Educador Sustentável” (Brandão), nas pesquisas de Ladislau Dowbor sobre a gestão municipal (*Educação e desenvolvimento local*). E que tem tudo a ver com a tradição da *educação popular e cidadã* (Romão, Jose Clovis Azevedo) e a *educação integral* (Jaqueline Moll), entre outros (vide Padilha, P. R., 2009, “*Município que Educa: nova arquitetura da gestão pública*”. *Caderno de Formação*, vol. 2. São Paulo: IPF).

2. **Metodologia.** Este Programa se traduz numa *metodologia* (tecnologia social) que responde à pergunta “como fazer”. Ele busca responder à preocupação de muitos gestores em relação àquilo que eles gostariam de realizar, mas têm dificuldade em encontrar metodologias adequadas que facilitem a execução dos seus bons propósitos, das suas boas políticas, das metas estabelecidas. *Vontade política, teoria política* e *método científico* devem caminhar juntos. Diz também respeito a como viabilizar a participação ativa da sociedade civil e dos seus diferentes segmentos na vida da municipalidade. Nesse sentido, o Instituto Paulo Freire, nesses 18 anos de assessoria a diferentes municípios, acumulou experiências que podem contribuir para ações articuladas de programas, projetos e iniciativas locais.

Trata-se de uma metodologia que se resume no *mapeamento do potencial educativo* dos espaços e tempos do município e integração dessa potencialidade num *projeto comum* das diferentes secretarias, departamentos do município e também de organizações da sociedade civil. Em sua metodologia, o Programa *Município que Educa*, que também se fundamenta na concepção de educação integral, orienta-se pelos seguintes princípios: conectividade (comunidades de aprendizagem), informalidade, sustentabilidade, intersectorialidade...



3. **Novos espaços de formação.** Os muros da cidade também educam, os agentes de trânsito, os motoristas de ônibus, os guardas municipais... Para que o município seja intencionalmente educador ele precisa requalificar todos os seus espaços: os abrigos dos pontos de ônibus, suas ruas e praças, o centro, as periferias, os setores rurais, a cultura, o esporte, a saúde... O município que educa tem a utopia de educar e se educar: na saúde, na segurança, no planejamento, nas finanças, na administração, no transporte, no abastecimento, na cultura, no lazer, no esporte, no saneamento etc.

4. O **povo soberano.** *Polis andra didaskei* ("É a cidade que educa do homem" - poeta grego Simônides, VI a.C.). Para educar um cidadão é preciso toda uma cidade. Para formar o **povo soberano** precisamos de uma nova pedagogia, uma pedagogia do lugar, de um município que fortalece as identidades, que agrupa pessoas, que cria espaços comuns, que oferece oportunidades de trabalho, de comunicação de atenção à saúde, à educação, espaços de diálogos organizados entre pessoas, coletivos de pessoas, grupos, associações, etc.

Nesse processo o povo deve se tornar *soberano* (José Tamarit). Para isso, a informação precisa ser generalizada. Ninguém participa do que não conhece. Deve-se respeitar a diferenças. Compartilhar as experiências com outros municípios. Não há um só modelo, um formato pronto de *Município que Educa*. Há uma enorme diversidade de experiências em função dos diferentes contextos e história de cada um deles.

5. O Programa *Município que Educa* pode tornar-se um **poderoso instrumento político**. A eficácia de um programa como esse depende muito de torná-lo um "movimento" que nasce das necessidades sentidas pela própria população. Nesse sentido, ele pode tornar-se um poderoso instrumento político nas mãos dos prefeitos para uma boa gestão, para uma nova arquitetura, um novo design da gestão municipal. Ele ajuda a repensar o papel do município, o seu estatuto como ente federado e, principalmente, a articulação de suas ações a partir do princípio educativo. O Orçamento Participativo é um exemplo dessas tentativas bem sucedidas do repensar a natureza do Município e de resgate do público por meio da instituição de uma "esfera pública cidadã" (Habermas), de uma esfera pública de decisão não estatal. Uma boa educação cidadã é aquela que consegue despertar a cidadania para que ela se reaproprie do poder local.

6. Uma nova visão do **município**. Todos e todas devem usufruir dos meios e das oportunidades de aprender no Município (sonho da educação integral que vem desde a antiguidade, educação integral como política pública e não como projeto especial), aprender do município, com o município. Trata-se também de uma visão que se opõe à compreensão conservadora e populista ou ingênua de que tudo pode ser resolvido no nível municipal. Nesse sentido, o Programa *Município que Educa* busca construir, coletivamente, uma nova forma de governar, com co-responsabilidade, com parcerias (as "PPPs", uma tendência cada vez mais forte), com laços de solidariedade e de companheirismo.

O município, com sua maior proximidade com a cidadania do que o Estado e Governo Federal, dispõe de uma potencialidade que tem sido ainda pouco explorado em muitos lugares. Explorar essa potencialidade depende muito do projeto político de cada gestor. Saber ou não saber utilizar esse potencial por parte do gestor, saber ou não saber potencializar o que já existe de exitoso, saber ou não saber envolver a todos e a todas nesse processo, fará a diferença entre uma boa e uma má gestão municipal. O desafio é, ao mesmo tempo, técnico e político.

7. Uma nova **lógica de poder**. Isso pressupõe uma nova lógica de poder: saber escutar, saber organizar-se em rede, evitar polêmicas estéreis, compartilhar o poder (contra o patrimonialismo), saber articular, ser agregador... uma lógica comunicativa, educativa, contra a lógica instrumental do estado que visa a controlar a tudo e a todos burocraticamente, essa irracionalidade burocrática que desqualifica tanto o "estatal" frente ao realmente "público".



Valorizar as formas interativas de poder local.

Essa nova lógica de poder visa à construção do Município do futuro, o *Município Cidadão*, em oposição ao *Município Mercadoria*, que organiza tudo em função do capital, do mercado e não em função das necessidades das pessoas. A proposta deste Programa é a construção do Município futuro, isto é, a utopia do município justo, produtivo e sustentável. Este Programa não separa cidade e campo e não privilegia o centro em detrimento da periferia. Ele respeita e valoriza as diferenças.

8. Uma nova **arquitetura da gestão pública**. Essa nova arquitetura da governança pública sustenta-se nos princípios da **autonomia** e da **cooperação**. Por meio de redes interorganizacionais que podem ser formadas por representantes de diversas organizações sociais e políticas, associações, empresas e a população. Por isso o professor Padilha insiste que o *Município que Educa* está aberto à participação da comunidade em geral e de indivíduos em particular que desejam contribuir com a melhor gestão e **autogestão** dos serviços públicos prestado pelo seu município. Com o advento da Redes Sociais pela Internet hoje isso é muito facilitado.

Pensar o Município nesses termos exige uma nova arquitetura da gestão pública, uma nova teoria, isto é, uma nova visão do Município. Exige estudo e reflexão, intercâmbio de experiências, exige equipe técnica de planejamento, exige informação, formação específica, intencionalidade, vontade política. Este Programa tenta responder a essas questões buscando alçar um outro patamar na **governança pública** que supere o modelo de gestão pública puramente gerencial e voltado apenas para as necessidades do mercado. E se é para as pessoas que o prefeito governa, é a partir delas, da sua manifestação, da sua participação, que a **governança local** deve organizar-se e estruturar-se e definir as prioridades do seu orçamento, em prol do bem da comunidade. O Programa *Município que Educa* propõe a educação em seu sentido amplo (não apenas a educação formal) como novo conceito de organização dessa governança local.

As **estratégias** do Programa *Município que Educa* levam em conta os *tempos* e os *espaços* de cada Município, sua história, seu contexto. Cada Município é único. Cada um está numa tempo diferente de sua evolução. Por isso há uma multiplicidade e uma enorme diversidade de situações, de especificidades que podem servir de exemplo (não de modelo). Daí a necessidade de compartilhamento de experiências. Não há um só modelo, um só formato. O próprio formato deste Programa não é algo pronto, mas em construção. O que ele traz de certeza é a necessidade de construção de “um mundo menos malvado”, como dizia Paulo Freire.

